

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

**Parecer nº 003/2025 de 19 de novembro de 2025.**

**(Ref. ao PL nº 20/2025).**

**Autoria: Executivo Municipal**

**Assunto: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências.**

**I – RELATÓRIO**

Chegou a esta Comissão de Finanças e Orçamento o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo precípua instituir o *Plano Plurianual* (PPA) do Município de São Pedro da Água Branca para o quadriênio compreendido entre 2026 e 2029, estabelecendo, com clareza e detalhamento técnico, as orientações programáticas para a gestão fiscal e administrativa.

A elaboração e encaminhamento desta proposta legislativa atendem ao comando constitucional expresso no *artigo 165, inciso I, da Constituição Federal*, que exige a existência de um instrumento de planejamento de médio prazo, complementado pelo que dispõe o *artigo 35, §2º, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)*, que demarca a necessidade e periodicidade da apresentação deste plano fundamental para a organização das finanças públicas.

O referido Plano Plurianual adquire importância capital ao definir de maneira precisa as diretrizes estratégicas, os objetivos específicos e as metas quantificáveis da administração municipal, servindo como o esteio para a alocação dos recursos destinados tanto às *despesas de capital*, que englobam os investimentos e inversões financeiras, quanto aos *programas de*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

*duração continuada*, que representam a base das políticas públicas essenciais e permanentes do governo.

Este instrumento, portanto, não apenas orienta as ações do governo ao longo do período de quatro anos, mas também assegura a coerência entre a ação governamental e as prioridades estabelecidas pela sociedade, em um exercício de gestão pública responsável e orientada para resultados.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão para que se proceda ao minucioso exame e à subsequente emissão de parecer conclusivo sobre todos os seus aspectos, notadamente aqueles de natureza *financeira, orçamentária e contábil*, conforme as atribuições regimentais expressas no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Este parecer busca verificar a adequação do projeto aos princípios da gestão fiscal responsável e, sobretudo, a compatibilidade com a capacidade de arrecadação municipal prevista para o período objeto de planejamento.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

O Projeto de Lei de instituição do Plano Plurianual sob análise encontra seu fundamento e respaldo normativo na *Constituição Federal de 1988*, em especial nos dispositivos que regem o Sistema Orçamentário, na *Lei de Responsabilidade Fiscal* (Lei Complementar nº 101/2000) e em toda a legislação orçamentária suplementar vigente no país.

A estrutura apresentada demonstra um esforço em atender integralmente aos princípios basilares da administração pública e do direito financeiro, tais como o princípio da *legalidade*, que exige a submissão de todo ato administrativo ao que a lei determina, o princípio do *equilíbrio fiscal*,

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

fundamental para a sustentabilidade das contas públicas, bem como os princípios da *transparência* e do *planejamento*, que garantem a clareza dos atos e a previsibilidade da gestão.

O Plano Plurianual materializa-se como o mais importante instrumento de *planejamento de médio prazo* da Administração Pública, estabelecendo uma conexão clara entre as ações governamentais e as políticas públicas duradouras, ultrapassando a mera gestão anual.

A Constituição Federal, em seu *artigo 165, § 1º*, é explícita ao dispor que a lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá o Plano Plurianual, o qual deverá instituir, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, além dos programas de duração continuada. Esta regionalização, quando aplicável ao nível municipal, significa a consideração das diferentes áreas territoriais e suas necessidades específicas, garantindo que o planejamento atenda às disparidades socioeconômicas e geográficas do município.

A coerência do Projeto de Lei em análise com estes paradigmas demonstra que ele não se restringiu à forma, mas absorveu a própria *essência* do planejamento público exigido pela Carta Magna.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como *Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)*, confere ao PPA uma função ainda mais destacada na gestão fiscal, integrando-o ao ciclo de planejamento e obrigando a Administração a manter uma gestão transparente e equilibrada.

O planejamento, sob a ótica da LRF, é instrumentalizado para a prevenção de riscos e a correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.



**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

A proposta do PPA aqui analisada, portanto, deve ser examinada sob o prisma da aderência aos requisitos da LRF, especialmente no que tange à projeção da receita da despesa de capital, bem como à capacidade de endividamento do município no quadriênio.

Verifica-se que o PPA apresentado está em consonância com as exigências de transparência da gestão fiscal, devidamente estruturado em *programas, ações e indicadores*, o que possibilita a medição da eficácia e da efetividade das políticas públicas a serem implementadas.

A estrutura programática apresentada no PL n° 20/2025 demonstra coerência entre as diretrizes estabelecidas pelo governo municipal — que presumivelmente visam ao desenvolvimento socioeconômico municipal — e os recursos orçamentários previstos para serem utilizados.

No que concerne ao aspecto *formal* da proposição, o Projeto de Lei foi elaborado em estrita conformidade com as regras estabelecidas pela *Lei Complementar Federal n° 095, de 26 de fevereiro de 1998*, que estabelece normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

A observância desta norma técnica visa garantir que o texto normativo seja apresentado com a clareza, precisão e concisão necessárias, evitando ambiguidades que possam gerar insegurança jurídica ou dificuldades na execução orçamentária.

O texto articulado demonstra a utilização da técnica legislativa adequada, com a devida segmentação dos programas e ações em anexos específicos que facilitam a compreensão e o controle por parte do Poder Legislativo e da sociedade civil.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

A estruturação do PPA em programas temáticos, nos termos exigidos pela legislação orçamentária, assegura que cada despesa esteja vinculada a uma meta clara e um objetivo definido.

Após a meticulosa análise de sua estrutura, conteúdo e anexos, esta comissão não verificou inconsistências de natureza legal, constitucional ou formal que pudessem impedir a sua regular tramitação, a emissão de Parecer ou a posterior aprovação pelo Plenário.

**III – CONCLUSÃO**

Diante de todo o arcabouço normativo analisado, que engloba a disciplina constitucional do planejamento, as exigências de responsabilidade fiscal da Lei Complementar nº 101/2000, a Comissão de Finanças e Orçamento atesta que o Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 20/2025, que sob a epígrafe “*Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências*”, cumpre integralmente os requisitos de validade e eficácia exigidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O plano se revela *legal*, por respeitar as competências e procedimentos estabelecidos para sua criação; *constitucional*, por observar os comandos e princípios do artigo 165 da Carta Magna; e, fundamentalmente, *compatível* com as normas financeiras vigentes, pois projeta um equilíbrio entre as receitas estimadas e as despesas programadas, garantindo a sustentabilidade fiscal do Município de São Pedro da Água Branca ao longo do quadriênio.

Por todas as considerações apresentadas, esta Comissão de Finanças e Orçamento manifesta-se no sentido de opinar **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto de Lei nº 20/2025 em sua integralidade.

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA  
ESTADO DO MARANHÃO**



**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal de São Pedro da

Água Branca, aos 19 de Novembro de 2025.

  
**ROMÁRIO GOMES LIMA**

Relator

Voto “pelas conclusões” do relator

**Vereador DR. BRYAN CALDAS SIQUEIRA FREIRE**

Presidente da Comissão

  
**Vereador DR. GUILHERME TEODORO G. DE OLIVEIRA**

Membro